

## **Ratinho Junior é convidado ao Encontro dos Presidentes Estaduais da UGT em Curitiba**

### **Notícias (Antigas)**

Postado em: 06/07/2016

O secretário do Desenvolvimento Urbano (SEDU), Ratinho Junior, foi o convidado do Encontro dos Presidentes Estaduais da União Geral dos Trabalhadores (UGT), nesta quarta-feira, 06, em Curitiba. Representados por 27 dirigentes sindicais do País – um do Distrito Federal -, que congregam 1.304 sindicatos, dos quais 206 do Paraná, os mais de 600 mil trabalhadores do Brasil pedem na pauta deste encontro a discussão sobre as Reformas da Previdência e a do Trabalho, entre outras. “Os trabalhadores sangram e não suportam novos golpes”, disse Paulo Rossi, da UGT/PR. Para Ratinho Junior uma boa saída seria flexibilizar aos Sindicatos a negociação destas questões. Rossi concorda e aponta a não tributação dos salários. Pensamento corrente, inclusive do presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, presente ao evento.

O secretário do Desenvolvimento Urbano (SEDU), Ratinho Junior, foi o convidado do Encontro dos Presidentes Estaduais da União Geral dos Trabalhadores (UGT), nesta quarta-feira, 06, em Curitiba. Representados por 27 dirigentes sindicais do País - um do Distrito Federal -, que congregam 1.304 sindicatos, dos quais 206 do Paraná, os mais de 600 mil trabalhadores do Brasil pedem na pauta deste encontro a discussão sobre as Reformas da Previdência e a do Trabalho, entre outras. "Os trabalhadores sangram e não suportam novos golpes", disse Paulo Rossi, da UGT/PR. Para Ratinho Junior uma boa saída seria flexibilizar aos Sindicatos a negociação destas questões e, ainda, a busca para a diminuição da carga tributária existente. Rossi concorda e aponta a não tributação dos salários. Pensamento corrente, inclusive do presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, presente ao evento.

Na proposta dos trabalhadores para a Reforma da Previdência Social consta "tornar mais justa e ampla a base de contribuição para o financiamento da Seguridade Social, com a substituição de contribuições que impactam a criação de empregos; instituir a contribuição sobre a movimentação financeira para a Seguridade Social, substituindo a Cofins". Os dirigentes sindicais lembram que os benefícios da Seguridade Social para se fazer justiça e o bem estar social da população estão garantidos na Constituição Federal de 1988. "Jamais se pode impor ao trabalhador o ônus das deficiências de gestão do sistema e da aplicação indevida de recursos da Seguridade Social, com redução e outras medidas que possam dificultar o acesso aos benefícios para os quais há contribuição e já estão assegurados", afirmam.